

As mãos invisíveis do cuidado: vozes feministas por outra Economia Política

Esther Maria P. S. F. Guimarães, Isabella O. Mendes, Thaine S. Martins, Gabryela Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Ciências Econômicas

Introdução

A questão das relações entre a dominação masculina e a exploração capitalista despontam como um sério desafio, não só para a discussão marxista, mas também para o próprio debate feminista. A necessidade de se entender o atrelamento estrutural desses aspectos do metabolismo social sob o capitalismo muitas vezes fez a questão da mulher parecer um “lamentável entrave” à construção de um projeto socialista emancipatório, sobretudo quando as organizações sindicais apresentam barreiras ao acesso feminino, como a própria preservação das duplas jornadas de trabalho feminino (mercantil e doméstico) nas famílias trabalhadoras (SOUZA-LOBO, 2011).

O que se perde quando a discussão sobre a mulher tem de ser “adaptada” dentro do projeto previamente traçado de encontro entre o *homem* geral e o singular, quando se concebe que a emancipação feminina reside em seu ingresso igualitário no mercado de trabalho, são não só as relações estruturais entre a dominação masculina e a exploração capitalista, mas também a forma como as mulheres corporificam de maneira específica as contradições entre produção mercantil e a reprodução da vida sob o capitalismo.

Sendo assim, a disputa pela requalificação da mulher a partir dos conflitos sobre seu corpo na economia capitalista significa uma disputa, também, do sentido da produção econômica nessa sociedade. São essas relações a serem exploradas no presente trabalho, que se estrutura em três tópicos, além desta introdução: 1) um estudo sobre origens da dominação masculina, explorando debates da antropologia sobre dádiva, troca de mulheres e a divisão sexual do trabalho; 2) uma discussão sobre o papel do trabalho doméstico, assim como do papel da mulher no mesmo e na produção mercantil, dentro do capitalismo, e 3) a apresentação da economia feminista como práxis que emerge dessa contradição vivida pelas trabalhadoras e requalifica a produção econômica ao redor do eixo da reprodução ampliada da vida.

1) Notas sobre a origem e a estrutura da dominação masculina

A crítica polanyiana à concepção da economia enquanto “estudo da alocação de recursos escassos” fornece importantes ferramentas para compreensão de outros universos possíveis em que as relações dos seres humanos entre si e com a natureza não são mediadas essencialmente pelo mercado. O autor sugere um conceito substantivo de economia definida como um processo instituído pela interação do ser humano com seu entorno, abastecendo-se de meios materiais para

satisfazer suas necessidades culturalmente elaboradas. Portanto, segundo sua concepção, há o mercado e há a economia de mercado, sendo que o primeiro não leva necessariamente à segunda - esta, por sua vez, se dá com a conversão de terra e trabalho em mercadorias. Aí se situa a origem da sociedade de mercado, que a partir de uma série de alterações institucionais assegura ao capitalismo a disposição de fatores de produção (terra e trabalho, natureza e vidas humanas) em abundância a longo prazo. Polanyi realiza essa análise a partir de um estudo do surgimento do capitalismo na Inglaterra, onde a infiltração desses novos princípios teve intenso poder de dissolução das relações sociais, como descreve o autor sobre os cercamentos dos *commons*:

[os cercamentos] despojavam literalmente os pobres da sua parte nos bens comuns, arrasando as casas, que, pela força até então indiscutível do costume, aqueles consideravam havia muito como suas e dos seus herdeiros. Estava a ser dilacerada a estrutura da sociedade; as aldeias desoladas e as ruínas do que tinham sido moradas humanas davam testemunho da ferocidade com que a revolução se impusera (POLANYI, 2013 p.193)

Dessa forma, o Estado passa a atuar na contenção das relações de mercado - assinalando-se aqui a polissemia do termo, dado que o controle da infiltração das leis de mercado significava garantir a possibilidade de sua propagação sem que a sociedade de desmantelasse. Ao longo de sua discussão Polanyi recusa a ideia do mercado como princípio natural que rege a vida econômica e levanta outros, como a redistribuição e a reciprocidade¹. Esse autor, assim como Marx, recusa um sentido formal da economia dedicada à alocação racional de usos alternativos de recursos escassos.

Giannotti (1983), ao analisar a imbricação inevitável entre produção e distribuição, converge com Polanyi na concepção de que a distribuição (do produto, dos meios de produção e do trabalho) configura um fato extraeconômico que impõe seus moldes ao processo produtivo (GIANNOTTI, 1983; p.42). Sendo assim, a produção imbricada à distribuição não é relação direta do homem com a natureza, mas mediada pela maneira pela qual o objeto, o instrumento e a própria força física dos trabalhadores se distribuem entre membros da sociedade. Decorre disso o caráter inerentemente modal da produção, em que se desdobra o processo de reflexão do trabalho em um nível concreto e amplo. Ao tomar uma análise do estruturalismo de Polanyi e Lèvi-Strauss, Giannotti logo assinala a relação entre o metabolismo econômico e as instituições que determinam a distribuição social. Estas se assentam em condições biológicas em torno das quais se desenvolvem um significado a partir do momento em que são inseridas em um metabolismo social específico.

Para a compreensão da origem do domínio patriarcal no espaço doméstico, é necessário que se efetue uma síntese antropológico-histórica que entenda o trabalho (e a divisão sexual do

¹ Ao longo de seus escritos, Polanyi oscila na listagem desses princípios, muitas vezes elencando ainda a domesticidade e o planejamento central do complexo como outro desses princípios. Não há prejuízo para o escopo do presente trabalho tomar para análise apenas a reciprocidade e a redistribuição.

trabalho) como dimensão estruturante das relações sociais de sexo [...] tendo o conceito de "trabalho humano que se autodesenvolve" (ou "o estabelecimento de si mesmo pelo homem através da atividade prática") como seu centro de referência" em detrimento de um diagnóstico puramente analítico (MÉSZÁROS, 2009, p. 48)

Nesse sentido, é importante ressaltar, conforme destaca Kergoat (2009), a contribuição das antropólogas feministas para a assimilação da “divisão sexual do trabalho” enquanto uma relação de poder historicamente situada (que se caracteriza pela naturalização, biologicamente justificada, da designação automática das mulheres à esfera reprodutiva) e não como uma relação de complementaridade de tarefas, como até então era posta.

A troca de mulheres, substância fundamental no construto teórico de Lèvi-Strauss, ilustra essa relação. Diferentemente de outras mercadorias, as mulheres não se produzem a partir do trabalho humano, mas de pressupostos biológicos que tomam formas sociais diversas em diferentes sociedades. O sistema de parentesco descrito por Lèvi-Strauss, portanto, estaria assentado em três tipos de relações - aliança, filiação e consanguinidade - entre quatro termos - marido, mulher, criança e um representante do clã da mulher trocada -. Para Giannotti, não se trata aqui da troca de bens raros (as mulheres), mas sim de uma divisão “natural” do trabalho, que se desenvolve no sentido de dispensar e diversificar o sistema produtivo da comunidade, estreitando laços de reciprocidade a partir da aliança. A família, portanto, dentro de todas suas possíveis variações históricas, constituiria uma individualidade técnica, unidade produtiva e reprodutiva que compartilha meios de produção. Giannotti recusa a acepção dessa representação em uma identidade entre forma e função, apontando que se trata de um tipo de relação historicamente situada e que o estruturalismo unifica, dentro da semântica da troca de mulheres, uma série de manifestações dispersas e equiponderantes da forma pela qual diferentes comunidades diferenciam o processo de trabalho a partir das condições naturais e notadamente as diferenças sexuais (GIANNOTTI, 1983).

Também caminha nesse sentido a análise de Gayle Rubin sobre aquilo que a autora define como sistemas sexo-gênero dentro da construção do antropólogo estruturalista. Tomando mais atentamente como objeto a significação social das diferenças biológicas entre machos e fêmeas humanos, a autora busca tecer uma reflexão sobre a substância histórica da opressão da mulher a partir de uma leitura de Engels, Lèvi-Strauss e Freud. O fio que conduz sua análise leva até as estruturas psicanalíticas da opressão da mulher na modernidade.

Rubin define o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade “transforma uma sexualidade biológica em produtos da atividade humana e através das quais as necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993; p. 2) . A partir daí a autora

denuncia a baixa preocupação dos cânones do marxismo com as relações de sexo/gênero, sobretudo dada a importância dessa relação no processo de reprodução da força de trabalho, e propõe então uma análise dos motivos pelos quais são as mulheres as responsáveis por esse processo. Se, portanto, a força de trabalho é dotada de um valor histórico e moral, é este que determina que uma esposa esteja entre as necessidades de um trabalhador - o capitalismo é “herdeiro de uma longa tradição na qual mulheres não herdaram, não lideraram e não falam com Deus” (RUBIN, 1993; p.5). A autora concorda com Engels em *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* ao assinalar que o capitalismo não origina a opressão às mulheres, mas a herda de formações sociais anteriores e que as relações produtivas não exaurem as necessidades humanas, já que a humanidade também tem de se reproduzir de geração em geração. Também afirma que o sistema sexo/gênero não é apenas o momento reprodutivo de um sistema de produção, mas que ele está presente em todos os momentos das relações sociais².

A partir daí, a autora inicia uma descrição dos sistemas de parentesco enquanto uma manifestação observável do sistema sexo/gênero. Para a autora, em *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Lèvi-Strauss desenvolve a elaboração mais arrojada, no século XX, do projeto do século XIX de compreender o casamento humano, que aparece na obra como uma imposição da organização cultural sobre os fatos da procriação biológica. Trata-se de uma descrição da sociedade que não toma o ser humano abstrato e sem gênero, derivando da dádiva e do tabu do incesto as estruturas fundamentais que estruturam a sociabilidade nas sociedades analisadas. Nesse sentido, a obra de Lèvi-Strauss despontaria como uma interpretação radical do *Ensaio Sobre a Dádiva* de Mauss e apresenta a troca de presentes como um meio de intercâmbio fio do discurso social, meio pelo qual as sociedades mantinham-se unidas na ausência de instituições governamentais especializadas. O tabu do incesto, ao impor a finalidade social da exogamia e da aliança sobre eventos biológicos do sexo e da procriação, é portanto “menos uma regra que proíbe de casar-se

² Engels é o primeiro marxista clássico a situar a ordem patriarcal como um substrato em que se estabelecem as relações capitalistas de produção, dentro de sua finalidade produtiva-reprodutiva: “De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outra, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou de determinado país, está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro” (ENGELS, 1980; pp 2-3)

O autor chega a situar a divisão de gênero dentro de um antagonismo de classe: “Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia, e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 1980; pp 70-71)

com a mãe, irmã ou filha do que uma regra que obriga a dar a mãe, a irmã ou a filha. É a regra do dom por excelência (Lèvi-Strauss, 1982:81 *apud* RUBIN, 1993; p.9)''.

O papel da análise de Rubin é explorar as relações sujeito-objeto nesses sistemas descritos e analisados por Lèvi-Strauss. Nas palavras da autora,

a troca de mulheres não implica necessariamente que estas estejam reificadas, no sentido moderno, já que os objetos no mundo primitivo estão imbuídos de qualidades altamente pessoais. Mas indica uma distinção entre o presente e o ofertante (...). As relações desse sistema são tais que as mulheres não estão em posição de aproveitar dos benefícios de sua própria circulação. (RUBIN, 1993; p.9)

Portanto, se evidentemente há tráfico de homens nessas comunidades, nesse momento eles não são primeiramente homens enquanto tais, mas enquanto escravos, prostitutos, atletas ou servos. Já as mulheres são trocadas enquanto escravas, prostitutas, atletas, servas e ainda enquanto mulheres nos sistemas de trocas de mulheres. Estes, afirma a autora, podem se manifestar sob diversas formas ou até mesmo não existir em determinadas formações sociais, de forma que a origem do mesmo não configura a gênese da cultura - ao contrário do que defende Lèvi-Strauss - e nem mesmo configura um sistema em si ou para si mesmo. A análise que deve ser feita, então, para compreender o processo histórico de conformação da opressão da mulher, é em torno da maneira como o sexo biológico é metabolizado enquanto instituição social. Se a troca de mulheres é princípio fundamental do parentesco, a subordinação das mulheres é produto das relações nas quais sexo e gênero são organizados e produzidos - sendo isso uma prerrogativa distributiva estruturante do sistema de produção que deriva na opressão econômica das mulheres.

Como conclui o próprio Lèvi-Strauss, a divisão do trabalho entre os sexos varia ao longo de diversas sociedades. Sua existência não é derivada direta de diferenças biológicas, mas cumpre a finalidade de assegurar a unidade entre homens e mulheres em cada unidade produtiva, tornando-a capaz de se reproduzir. Essa divisão sexual do trabalho (outro tabu, na elaboração de Rubin) afirma duas categorias reciprocamente exclusivas ao exacerbar diferenças biológicas entre os sexos. Rubin vai, então, além de Lèvi-Strauss, afirmando que essa estrutura de organização social do sexo repousa sobre: **a)** o gênero; **b)** a heterossexualidade obrigatória; **c)** a coerção da sexualidade feminina. A autora lembra ainda que o gênero tolhe manifestações da personalidade de virtualmente todas as pessoas, embora a hierarquia presente nos sistemas sexo-gênero reserve ao homem o poder sobre o corpo das mulheres³. Afinal, se onde vigora o sistema de trocas toda mulher está prometida

³ A autora lista sociedades em que a diferença entre homens e mulheres atinge a rivalidade, como as terras altas da Papua Nova-Guiné onde o tempo em que o homem passa na barriga da mãe deve ser curado através do consumo de sêmen em uma relação homossexual com um parente homem mais velho (Kelly, 1974 *apud* RUBIN, 1993; p. 12). Entre os Azande, mulheres são monopolizadas pelos homens mais velhos, sendo que os mais novos podem, até terem mais idade, tomar meninos como esposa após pagar um preço em lanças pelo mesmo (Evans-Pritchard, 1970 *apud* RUBIN, 1993; p.12). Já os Mohave permitiam a mudança de gênero por meio de cerimônias especiais, e assim pessoas com o

a um homem, nenhuma delas pode dispor do próprio desejo: caso duas mulheres se desvencilhem do nexo da dívida, duas outras têm de ser encontradas para substituí-las. A assimetria de gênero - diferença entre o sujeito e o objeto da troca - acarreta coerção sobre a sexualidade feminina.

A autora recorre então à psicanálise para entender os processos que conformam nos indivíduos sua posição no sistema sexo/gênero nas sociedades modernas, apontando que este processo traz ainda o caráter sujeito-objeto (locutor-palavra) presentes nas sociedades onde Lèvi-Strauss identifica a presença da troca de mulheres como fio condutor da linguagem social.

Classificado a psicanálise como uma “teoria feminista *manquée*” (RUBIN, 1993) a autora define o campo como uma “descrição dos mecanismos pelos quais os sexos são divididos e deformados”. Na tentativa de explicar a formação da heterossexualidade nos sujeitos, especialmente as mulheres, a autora traz de Freud a ideia que a construção da feminilidade seria constituída pelo afastamento da menina da mãe e a repressão dos elementos masculinos de sua libido como resultado do reconhecimento da castração. Já o esforço de Lacan, seguindo no processo de desbiologização da concepção da opressão feminina e da castração, seria o uso da psicanálise como estudo das fraturas deixadas na psique dos indivíduos como resultado de sua conscrição nos sistemas de parentesco. Para Lacan, a crise edipiana ocorre quando a criança aprende as regras sexuais embutidas nos termos da linguagem que designam a família e os parentes, assim como suas funções no sistema relacional de parentesco⁴. As formas sociais de sexo e gênero se conformam no indivíduo, portanto, a partir de uma socialização que, nas mulheres, seria marcada pela castração - não sendo esta uma falta real, mas um significado construído sobre um dado biológico. Rubin considera, então, que na ideia do *phallus* reside o significado da diferença entre “trocador” e “trocado”, presente e presenteador, dado que, tal qual as culturas paleolíticas estudadas por Lèvi-Strauss, a cultura ocidental moderna permanece fálica. Para Rubin, a circulação do poder masculino através do *phallus*, que se dava entre famílias e clãs no construto de Lèvi-Strauss, ocorre no mundo moderno dentro das famílias:

Num certo sentido, o complexo de Édipo é uma expressão da circulação do *phallus* em trocas intrafamiliares, uma inversão da circulação de mulheres em trocas interfamiliares. No ciclo de troca que se manifesta no complexo de Édipo, o *phallus* passa, pelo intermédio das mulheres, de um homem a outro - de pai para filho, do irmão da mãe para o filho da irmã, e assim por diante. Neste círculo familiar Kula, as mulheres vão num sentido e *phallus* no outro (RUBIN, 1993; p.16)

mesmo sexo biológico poderiam se casar - constituindo uniões heterossexuais (Devereaux, 1937 apud RUBIN, 1993; p. 13).

⁴ Rubin assinala que Lacan diferencia as pessoas das relações e funções empreendidas pelas mesmas, entendendo o parentesco dentro de uma rede de relações. Portanto, a função de um pai é diferente de um pai, assim como um *phallus* é diferente de um pênis em si.

Se, portanto, na fase edipiana os meninos recebem no *phallus* um amuleto simbólico que pode ser trocado por outra mulher, a regra da heterossexualidade impõe às meninas a renúncia absoluta ao objeto primeiro de amor - a mãe. Resta-lhes voltar-se ao pai, experimentando a fundo a amargura de sua perda, e desenvolvendo suas “tendências passivas” que sobrevivem à tragédia edipiana. A pergunta da autora, então, é: “se as mulheres, ao encontrar seu lugar dentro de um sistema sexual, são roubadas de sua libido e forçadas a um erotismo masoquista, por que os analistas não argumentaram a favor de novos arranjos, em lugar de racionalizar os antigos?” (RUBIN, 1993; p. 19). Ao identificar no sistema sexo/gênero moderno ocidental os princípios fálicos presentes em Lèvi-Strauss, a despeito do caráter inteiramente não moderno de sua informação da base, a autora conclui que, em suma, o feminismo deve apelar por uma revolução no parentesco.

Entretanto, se para Rubin o sistema de parentesco tinha anteriormente funções para além de si mesmo - organizando toda a estrutura social - a formação sexo/gênero atual organizaria e reproduziria apenas sua própria estrutura, carecendo da carga funcional que outrora possuía. Esse não é o ponto de partida de Heleieth Saffioti (2004), que analisa o processo de apropriação do patriarcado pelo capitalismo e a simbiose entre ambos para entender a funcionalidade das relações patriarcais para a reprodução da mão-de-obra e para a manutenção do baixo preço da mão-de-obra feminina.

A autora, diferentemente de Rubin, não recusa o termo “patriarcado” para designar as relações de dominação-exploração sobre as mulheres na modernidade. Diferencia-o, evidentemente, do sistema da Atenas Clássica ou na Roma Antiga e assinala sua distinção do patriarcado Weberiano historicamente datado. Nas relações patriarcais de gênero estariam, portando, enoveladas a raça e classe na produção de relações de dominação e exploração como duas faces de um mesmo processo em que o político, o econômico e o social não se compartimentam desarticuladamente entre si. A partir daí, define o patriarcado como uma máquina social extremamente bem azeitada que garante a exploração econômica do trabalho doméstico e da mão-de-obra feminina, assim como a circulação de poder entre homens e que ainda caracteriza as hierarquias das relações sexo/gênero nas sociedades modernas. Saffioti, então, sublinha a necessidade das elaborações teóricas sobre sexualidade e gênero superarem sua dedicação restrita aos processos de filogênese do gênero - como fazem Freud e Foucault -, lançando luz à ontogênese do mesmo.

Recorrendo aos estudos de Johnson, a autora situa a sedentarização das sociedades como um momento importante em que a terra se incrementa enquanto fator de produção tão mais explorável

quanto mais extensa for a prole disponível para trabalhá-la. O controle sobre a reprodução feminina desponta então como um fator de poder entre os homens, dado que um mesmo homem pode simultaneamente gerar filhos com diversas mulheres e que a recíproca não é verdadeira. A partir daí, a tomada de mulheres como um objeto que é fator de reprodução e de produção possibilita a circulação e disputa de poder entre os sujeitos da troca - os homens. Formam-se as relações hierárquicas de gênero alinhavadas por um pacto que, ao dominar as mulheres (com base no controle e no medo) e excluí-las do poder, permite aos homens que as disputem. Traços semelhantes estão presentes na relação entre as formas de escravismo baseadas no racismo e o patriarcado, já que o controle da reprodução das mulheres escravizadas possibilitaria o controle da produção de novos escravos (SAFFIOTI, 2004).

No tocante à forma moderna do patriarcado, Saffioti situa o “contrato sexual” descrito por Carole Pateman como a base sobre a qual se dá a apropriação do patriarcado pelo capitalismo, que parte das relações patriarcais e as adapta às novas demandas produtivas e reprodutivas. Saffioti lembra que o gênero se reconstrói ao ser absorvido pela divisão de classes, e que o estudo da relação sexo-gênero pode iluminar mais adequadamente a singularidade qualitativa da exploração da mulher que se oculta dentro do conceito de superexploração - este seria limitado por se referir a uma distinção apenas quantitativa da intensidade da exploração.

O contrato sexual de Pateman, que reproduziria no Estado moderno, a partir das relações de casamento, a submissão das mulheres na sociedade civil e na esfera doméstica, seria fundamental para a conformação da autoimagem das mulheres enquanto tais. O Estado, ao mesmo tempo em que presume a liberdade civil feminina em escolher se casar, institucionalizaria a subordinação das mulheres a partir de um aparato jurídico que prevê as obrigações assumidas por elas no momento do casamento. Isso daria selo jurídico às novas famílias nucleares dentro das quais o trabalho doméstico feminino preservaria a esfera pública e o mercado como espaços masculinos, assim como tomaria parte na reprodução de mão-de-obra no marco da conversão da vida humana em mercadoria, tal qual descreve Polanyi. A reprodução da vida humana, que agora é mercadoria fictícia, demanda uma remodelagem das relações de gênero dentro da institucionalidade do Estado capitalista. No tópico seguinte, serão exploradas as formas tomadas pelas relações patriarcais de gênero no processo de reprodução da mão-de-obra, item essencial no arcabouço teórico marxista.

2) Trabalho doméstico, patriarcado e capitalismo

A presente seção tem três objetivos: a) retomar brevemente a evolução histórica do lugar da mulher na sociedade de classes b) expor e oferecer uma leitura crítica dos termos do “debate sobre o

trabalho doméstico” travado no campo marxista durante a década de 1970; c) oferecer uma interpretação do trabalho reprodutivo a partir do conceito de alienação.

Desde os primeiros momentos da industrialização, a divisão sexual do trabalho na ordem capitalista se configurou de forma a designar à mulher burguesa o papel de esposa, de comando do lar e das atividades reprodutivas da classe - ainda que não fosse ela a realizar essas atividades com as próprias mãos -, enquanto sobre o homem burguês recaem as responsabilidades relativas ao controle do capital, da política e demais atividades competentes à esfera pública. Às famílias da classe trabalhadora é dada a oportunidade, em determinados momentos históricos, de mimetizar - ainda que parcialmente - essa ordem familiar, afastando as mulheres trabalhadoras da relação direta com o capital e mantendo um substancial exército industrial de reserva feminino pronto a ser mobilizado em momentos de maior demanda por força de trabalho (SAFFIOTI, 1976). Por tempo considerável, para as famílias trabalhadoras com rendimentos suficientes para tal, ou seja, aquelas nas quais apenas o salário do homem era suficiente para sustentar toda a família, uma dona de casa em tempo integral era símbolo de *status* (MCCLOSKEY, 2014).

Essa conveniente flexibilidade da alocação da mão-de-obra feminina só é possível em virtude da assimilação, pelo modo capitalista de produção, de mecanismos de sujeição feminina engendrados em e herdados de outras formações sociais. Heleieth Saffioti (1976), no clássico *A Mulher na Sociedade de Classes*, chama ‘tradição’ ao aparato ideológico que sustenta a divisão sexual do trabalho⁵ na ordem capitalista; ela, assim como o racismo (e quaisquer formas de discriminação de grupos humanos), teriam a faculdade de apaziguar os conflitos que poderiam surgir de um sistema caracterizado por instabilidade e flutuações cíclicas na medida em que confere à classe trabalhadora a possibilidade de fornecer força de trabalho (feminina) a preços abaixo do valor da força de trabalho principal (masculina) nos momentos expansivos do ciclo de acumulação, e de reabsorvê-la na família e, se necessário, alocá-la na economia informal nos momentos recessivos sem grande comoção social.

Justifica-se, portanto, a negação do pertencimento à esfera pública pelas mulheres nas economias capitalistas a partir de uma divisão social do trabalho entre os sexos supostamente harmônica, baseada em também supostas “vocações naturais” complementares masculinas e femininas. Tais “vocações naturais” teriam origem, no caso das mulheres, em sua capacidade de gestar e parir filhos o que, por extensão, lhe conferiria habilidades especiais de cuidados; no caso dos homens, por sua vez, a origem estaria em sua maior força física, que lhes tornaria o homem

⁵ Utiliza-se aqui a noção de divisão sexual do trabalho conforme Kergoat (2009), para quem o conceito compreende dois princípios organizadores: a) a divisão social do trabalho entre homens e mulheres e b) a hierarquização do valor socialmente conferido aos trabalhos designados aos homens e às mulheres em prejuízo destas.

trabalhador por excelência (MITCHELL, 1966). A negação se manifesta distintamente em termos de possibilidades concretas negadas às mulheres burguesas, às mulheres de famílias de assalariados com maiores rendimentos e às da classe operária *stricto sensu*, além de cada uma dessas variar de acordo com os condicionantes colocados pela configuração específica do modo de produção capitalista em um determinado momento e local.

O esforço de guerra é uma situação típica em que as mulheres são chamadas a cobrir os postos deixados pelos homens no mercado de trabalho capitalista⁶. O fim da II Guerra Mundial significou para as mulheres casadas da classe trabalhadora⁷ dos países centrais, a princípio, a restauração do papel que lhes cabia na ordem familiar burguesa: o de donas de casa em tempo integral, deixando os postos de trabalho assalariado para dar lugar aos homens que voltavam dos campos de batalha⁸ (SAFFIOTI, 1976; SCHWEITZER, 1980). O imediato pós-guerra, entretanto foi um momento de inflexão fundamental para o capitalismo central. Altos ganhos de produtividade aliados ao fortalecimento da organização trabalhista possibilitaram a grandes contingentes da classe trabalhadora masculina que fossem remunerados com um “salário-família” e trazendo a família ideal fordista ao alcance de (quase) todos. O aumento nos níveis educacionais foi generalizado, inclusive entre as mulheres, criando a figura da donas-de-casa graduada. Por fim, a explosão da produtividade e inovação tecnológica nos setores de bens de consumo duráveis (como eletrodomésticos), de serviços (como alimentação) e de toda a sorte de produtos para o lar (de alimentos processados a novos produtos de limpeza), tanto aumentou a produtividade do trabalho doméstico quanto proviu substitutos de mercado para boa parte desse trabalho (HIMMELWEIT, 1995; SECCOMBE, 1975; SCHWEITZER, 1980).

Soma-se ainda o aumento da expectativa de vida e a abrupta queda na taxa de fecundidade entre essas mulheres após 1960, significando mais anos de vida sem crianças pequenas sob sua responsabilidade (MCCLOSKEY, 2014). Por outro lado, o crescimento dos setores de bens e serviços substitutos ao trabalho doméstico e das funções auxiliares de “colarinho branco” na

⁶ Saffioti (1976) traz uma enorme variedade de exemplos desse tipo de situação, sendo a I e II Guerras Mundiais as mais significativas até o esgotamento do exército reserva rural em países como a Suécia (COULSON *et al.*, 1975). Durante as guerras, as mulheres foram contratadas, entretanto, a salários significativamente menores do que os dos homens que haviam deixado exatamente os mesmos postos, com poucas exceções para trabalhos de mais alta qualificação.

⁷ O índice de participação das mulheres solteiras na força de trabalho permanece o mesmo nos países capitalistas centrais durante os três primeiros quartos do séc. XX, o que sugere que, independentemente do momento do ciclo de acumulação capitalista, as mulheres da classe trabalhadora vendiam sua força de trabalho para viver pelo menos até o casamento (Seccombe, 1975).

⁸ Betty Friedan, no clássico *A Mística Feminina* (1963) documenta, a partir da evolução do conteúdo de revistas femininas dos Estados Unidos entre os anos 40 e 60, como se deu, no plano cultural, a “virada” do papel socialmente desejável para a mulher americana desde o imediato pós-guerra à consolidação do fordismo: da trabalhadora à dona de casa.

indústria fordista tornar-se-iam um mercado cada vez mais atrativo para essas mulheres, progressivamente mais educadas e com carga significativamente menor de tarefas domésticas. Os anos de trabalho industrial durante a guerra haviam dado a muitas a experiência da organização sindical; as universidades se abriam para as mulheres que começavam, inclusive, a ocupar posições no corpo docente.

Para Himmelweit (1995), essa nova configuração do mercado de trabalho, por um lado, e do mercado de bens de consumo, por outro, permitiu às mulheres uma apropriação do mundo do trabalho capitalista sem precedentes. O trabalho assalariado passava de secundário a parte importante e permanente de suas vidas. O proletariado feminino tornava-se maior e mais relevante, inclusive no interior dos sindicatos; os movimentos por direitos das mulheres ressurgiam e avançavam em formulações teóricas, dessa vez com pautas específicas ao mundo do trabalho; os conflitos de interesses em diversos campos de reivindicações despontavam como expressões, no interior dos movimentos feminista e operário, de relações sociais antagônicas - entre mulheres feministas, como conflitos de classe e raça, e entre homens e mulheres da classe trabalhadora como conflitos de sexo. O trabalho doméstico, reconhecido como aquilo que afastava as mulheres do trabalho assalariado, passaria ao centro do debate político em torno da opressão feminina, rapidamente tornando-se um debate econômico.

Ocuparam-se de elaboração teórica sobre trabalho doméstico, seu lugar no sistema capitalista e opressão feminina feministas do campo materialista/socialista e intelectuais do campo marxista interessados no lugar da família dentro da ordem burguesa⁹. Procuravam-se meios de incorporar o trabalho doméstico ao campo da economia (*economics*) com o objetivo de validar e visibilizar a contribuição econômica das mulheres através da realização de atividades reprodutivas no âmbito doméstico, promovendo seu reconhecimento como “trabalho” equiparável àquele realizado em troca de um salário na esfera pública, mas executado gratuitamente (HIMMELWEIT, 1995). Procurava-se também determinar uma origem material para a opressão feminina e uma base de unidade entre os movimentos feminista e operário. Ao longo da década de 1970, mais de 50 textos foram publicados na imprensa acadêmica britânica e norte-americana dentro daquele que se convencionou chamar o “debate sobre trabalho doméstico” (“*domestic labour debate*”) (MOLYNEUX, 1979, p. 3).

O debate esmoreceu sem uma síntese clara, com consensos pouco diferentes daquelas constatações que o impulsionaram: de que o trabalho doméstico produz valores de uso dentro do

⁹ Argumentava-se por um papel estrutural da família nuclear da classe operária, contra o entendimento desta como fenômeno puramente superestrutural.

lar, contribuindo para a reprodução da força de trabalho, estando sujeito a pequena margem de divisão do trabalho, cooperação ou especialização. (HIMMELWEIT, 2001). Pouca atenção foi dada à função vital da trabalhadora doméstica de geração, manutenção e socialização das futuras gerações de trabalhadores, enfatizando-se o trabalho reprodutivo direcionado ao homem trabalhador e sua contribuição para a acumulação capitalista (MOLYNEUX, 1979, p. 4). Por caminhos diversos, a maior parte dos autores chegou à proposição estratégica de que o movimento social (de mulheres ou de trabalhadores, a depender do ponto de vista) deveria concentrar esforços na luta pela socialização do trabalho doméstico, o que libertaria a mulher de sua prisão no enfadonho ambiente privado e possibilitaria que ela se engajasse no trabalho e na luta sociais. No plano imediato, a luta deveria ser pela socialização desse trabalho através do mercado e do Estado; na utopia socialista sonhava-se com a abolição total do trabalho doméstico, considerado moroso, repetitivo e desnecessariamente desgastante.

A tentativa de equiparar em importância o trabalho doméstico concreto ao trabalho capitalista abstrato levou o debate a um alto nível de abstração que não encontrava sustentação coerente na realidade histórica e material; as tentativas diversas de aplicar as categorias marxianas apresentadas em *O Capital* aos processos que se desenvolviam no interior dos lares malograram, provendo não mais do que compreensões parciais dos fenômenos em questão - o papel das atividades domésticas na ordem capitalista - e levando o debate a um lugar cada vez mais distante de explicar de fato a divisão sexual do trabalho ou de identificar uma origem histórica para a opressão feminina, recaindo em excessivo funcionalismo ao apegar-se ao esforço de provar a centralidade do trabalho doméstico para a dinâmica do modo de produção capitalista (HIMMELWEIT, 1995; MOLYNEUX, 1979). Crítica frequente aos termos do debate foi de que o debate estritamente econômico sobre a condição da mulher ofuscou a elaboração sobre outras dimensões importantes da opressão feminina, o que teria impedido o desenvolvimento, naquele momento, de uma teoria dessa opressão de fato no campo materialista¹⁰.

2.1) Trabalho, afeto e alienação

A alienação, enquanto forma histórica da objetivação da subjetividade do(a) trabalhador(a), é um conceito fundamental para a compreensão da dominação do capital tanto no espaço produtivo quanto no âmbito da reprodução da vida humana. Para Mészáros (2009), Marx presume a alienação

¹⁰ Nesse sentido, a melhor e mais influente contribuição para essa teoria até então era o clássico de Juliet Mitchell “Women: the longest revolution” publicado no periódico *New Left Review* em 1966. Nesse texto, a ser abordado em alguns aspectos nos tópicos a seguir, a autora propunha que o problema da mulher fosse compreendido, analítica- e politicamente, como arranjos históricos de quatro dimensões articuladas, mas que se desenvolveriam em ritmo não necessariamente harmônico: Produção, Reprodução, Sexualidade e Socialização das Crianças.

em quatro momentos: i) o *homem* alienado da natureza - que diz respeito à relação do(a) trabalhador(a) com o produto do seu trabalho, sua relação com o mundo exterior dos sentidos, ii) o *homem* alienado de si mesmo (da sua própria atividade), que trata da relação do trabalho com o ato de produção, da relação do trabalhador com a própria atividade como alheia, iii) da alienação em relação ao seu ser genérico, isto é, como membro da espécie humana, como ser alheio, alienado do próprio corpo e, por fim, iv) o *homem* alienado do *homem* - dos outros seres humanos, nas relações interpessoais.

Mitchell assinala o caráter específico da alienação no processo de reprodução humana. Se na sociedade capitalista a alienação é fundamentalmente marcada pela destinação da produção ao confisco do capital, a autora assinala que na maternidade a “produção biológica” de outro ser humano não esgota uma “produção” do sujeito. Além da mãe, muitas vezes, ter de se remeter ao pai enquanto “autoridade” sobre o filho e sobre ela mesma, o filho adquire autonomia, se não emocional, legal e econômica (MITCHELL, 1966; p.19). Portanto, se por um lado a alienação no processo de criação de uma criança tem tais características peculiares - e, pode-se dizer, cruéis -, pode-se dizer por outro lado que esse processo tem potencial de se contrapor à alienação enquanto incapacitação do ser humano a pensar o outro, a pensar a alteridade, a pensar o ser humano enquanto espécie. Afinal, embora a capacidade “natural” da mulher à maternidade seja apenas de caráter fisiológico, o processo de criação da criança, em todas suas dimensões afetivas e materiais, é imediatamente o trabalho sobre outra pessoa.

A alienação do trabalho doméstico deve ser analisada, dessa perspectiva, a partir de duas esferas que se retroalimentam: a alienação própria ao trabalho no espaço produtivo e a opressão de gênero na esfera reprodutiva. A divisão sexual hierárquica do trabalho se tornou funcional à dinâmica do capital e, conforme salienta Mészáros, uma divisão sexual do trabalho mais igualitária tende a permanecer *não-integrável* à lógica dominante. Apesar de o trabalho doméstico não ter como intuito a produção de mercadorias, mas a reprodução da força de trabalho, este sofreria “uma alienação do esforço empregado na elaboração de um produto social que é confiscado pelo capital” (MITCHELL, 1966, p. 21, tradução nossa)

Em 1995, a economista britânica Susan Himmelweit publica, no primeiro número do periódico *Feminist Economics* uma crítica aos termos nos quais o debate sobre o trabalho doméstico da década de 1970 havia sido travado - debate este do qual havia ela mesma participado. Himmelweit (1995) defende que a categoria *work*, usada para designar o trabalho assalariado e que foi disputada como contendo também atividades domésticas (*housework*) foi na verdade concebida em torno da noção predominante (masculina) de trabalho, industrial, carregando em si as seguintes

implicações: (a) é uma atividade que toma tempo e energia humanos, que não é feita por si mesma mas com um fim pré-concebido que lhe é externo; (b) essas atividades humanas foram submetidas, sob o modo capitalista de produção, a uma divisão do trabalho de complexidade e detalhamento sem precedentes e (c) o mercado aliena o trabalhador do produto de seu trabalho, tornando as relações entre a subjetividade e o trabalho irrelevantes frente ao valor da mercadoria (HIMMELWEIT, 1995, pp. 3-4).

A autora argumenta, entretanto, que essa abstração não seria aplicável a qualquer tipo de atividade humana necessária, e, em especial, não seria aplicável à parte mais fundamental das atividades desenvolvidas no interior do lar. As atividades de cuidado, em especial aquelas relativas à socialização de novas gerações de trabalhadores, envolvem trocas afetivas que impossibilitam a cisão completa entre o ‘trabalhador’, o processo e o produto do ‘trabalho’. Nesse sentido, enfatizar a relevância das atividades realizadas no interior do lar para a dinâmica capitalista usando a estratégia de equipará-lo ao trabalho abstrato significa argumentar em favor de sua socialização nos mesmos moldes da socialização do trabalho sob o capitalismo - em palavras nossas, uma socialização alienante. Esse tipo de socialização não apenas é indesejável como é impossível; dessa forma, a disputa pela importância do *housework* teria obscurecido novamente todas as atividades realizadas no interior do lar, em geral pelas mulheres, que não se realizam nas mesmas condições do *work*.

Para além da dissimulação das atividades concretas, dissimulam-se ainda o que a reclusão no ambiente doméstico (reconhecidas aqui suas graves contradições) tem de valioso: a preservação do trabalho não alienado, afetivo e direcionado a outro ser humano. Para Himmelweit, a vitória do modo de produção capitalista seria a generalização do *work*. A dona-de-casa em tempo integral, mãe e esposa cuidadora, apesar de não deixar de existir no plano ideológico, deixaria de ser um ideal perseguido pelas classes trabalhadoras em nome da mãe trabalhadora assalariada - não em nome de alguma emancipação feminina, mas para assegurar um poder de compra cada vez mais elevado; a luta pela redução da jornada de trabalho se tornaria a luta por cada vez maiores rendimentos; o tempo de vida do trabalhador, dividido pelo salário entre tempo de trabalho e tempo de lazer, tornar-se-ia tempo de trabalho e tempo de consumo; o tempo de consumo de valores de uso produzidos sob relações não alienadas de produção seria substituído pelo tempo de consumo de mercadorias substitutas do trabalho doméstico. Os mais de quinze anos que separaram o ponto de vista de Himmelweit, ao escrever esse artigo, do ponto de vista das e dos teóricos que escreveram durante década de 1970 possibilitaram àquela observar todos esses processos em estágio mais avançado do que estes.

As contradições emergentes do avanço progressivo das relações capitalistas sobre todos os outros âmbitos da vida social se materializam de forma pungente sobre os corpos das mulheres. É a elas que cabe o trânsito irregular entre a esfera pública e a esfera privada, entre a lógica de mercado e a lógica de vida; é a elas que cabe a negociação e escolha constantes, fonte de forte estresse físico e emocional, entre os tempos de vida e os tempos de mercado. São elas que, agora de maneira diferente, despontam especialmente como objeto negociável da história, alocável segundo as demandas produtivas e reprodutivas do capital nos momentos de guerra, crise e reestruturação.

Uma economia socialista, a nosso ver, seria organizada em torno da produção para a reprodução ampliada da vida e da garantia, a cada ser humano, de desenvolvimento pleno de suas potencialidades. A relação entre a marginalização simultânea da mulher e da reprodução (subordinadas à reprodução do capital) faz da pauta feminista um projeto de reconfiguração das prioridades produtivas da economia. A partir deste ponto, o trabalho se dedica a apresentar a práxis da economia feminista como via de renovação epistemológica e prática para o campo econômico, defendendo o potencial revolucionário das mulheres como trabalhadoras, mas também como cuidadoras.

3) Mulheres por outra economia política

As discussões sobre a reprodução geracional e androgênica da mão-de-obra e sobre o rebaixamento do valor que lhe é atribuído, estão, portanto, fundamentalmente atreladas à luta pela melhoria da condição de vida da mulher nas sociedades de mercado. As contradições entre produção econômica e reprodução da vida se materializam no corpo das mulheres e podem lançar luz sobre pontos-chave na elaboração de um projeto socialista verdadeiramente emancipatório.

Ao defender a reprodução ampliada da vida no cotidiano - ou seja, a reprodução para além do sentido biológico, da subsistência ou de manutenção do valor socio-histórico da força de trabalho, mas produção da vida para si - como centro do metabolismo econômico, a luta das mulheres transborda as reivindicações por igualdade de gênero. Ela afirma o papel da mulher trabalhadora como sujeito da história ao assumir que as mesmas carregam consigo um projeto estendido de uma nova organização social que supere a dominação-exploração em que se imbricam capitalismo e patriarcado.

Analiticamente, é interessante enxergar a relação entre o patriarcado e o trabalho feminino como uma tensão entre tempos. Como aponta Cristina Carrasco (2003), o tempo de trabalho destinado ao cuidado e à reprodução da vida e aquele voltado à produção mercantil entram em especial conflito no atual estágio de flexibilização pós-fordista. Por outro lado, o lugar do cuidado

na análise teórica sob os cânones da teoria econômica é o de uma "externalidade" da economia, de forma que a reprodução humana como processo social não é colocada como categoria analítica central para nenhuma corrente do pensamento econômico. A Economia Feminista, portanto, traz como preocupação central a forma como as sociedades encaminham suas questões relativas à sustentabilidade da vida humana, analisando, conseqüentemente, a forma "como se estruturam os tempos de trabalho e de vida dos diferentes setores da população" (CARRASCO, 2003; p.13).

Carrasco (2003; p. 14) assinala que, nas sociedades industriais, são três os principais provedores de itens e serviços destinados à sustentação da vida humana: a) "produções e atividades de cuidados diretos realizados a partir do lar"; b) mercado; c) serviços públicos. Dada essa divisão, a autora lança luz ao debate filosófico sobre as necessidades humanas, ressaltando suas dimensões objetivas e subjetivas. Se Estado e mercado são em geral capazes de suprir a primeira dimensão, a segunda - marcada pelo afeto, cuidado, segurança psicológica, criação de laços, etc - são traço constitutivo importante dos processos realizados fora do mercado e dos serviços públicos. Entre os processos reprodutivos realizados no lar, é difícil a separação dos aspectos objetivos dos afetivo-relacionais: "impossível classificar as tarefas do lar em mercantilizáveis ou não-mercantilizáveis, precisamente pelo componente subjetivo que podem incorporar". (CARRASCO, 2003; p. 15).

A invisibilização dos componentes subjetivos da reprodução da vida subjaz à hierarquia de valores correspondente à divisão público/privado, em que o único componente reconhecido é o objetivo, realizável no espaço público, mensurável em critérios de êxito. Carrasco, portanto, assinala a existência de uma outra "mão invisível" que "regula a vida cotidiana e permite a continuidade de funcionamento do mundo" (CARRASCO, 2003; p.17). A invisibilidade advém da ideologia patriarcal e de sua funcionalidade econômica - dada a garantia e desvalorização da reprodução da mão-de-obra e da própria remuneração do trabalho mercantil feminino. Carrasco recorre a Antonella Picchio (1994, 1999a *apud* Carrasco, 2003) para assinalar que o que permanece oculto nessa relação é menos o trabalho doméstico em si do que a relação de dependência que a produção capitalista mantém com o mesmo. A dissimulação desse nexos "facilita o repasse dos custos da produção capitalista para a esfera doméstica" (CARRASCO, 2003 pp. 19-20), relacionados à reprodução da força de trabalho..

Entretanto, as formas de subvalorização do trabalho feminino tomam diferentes formas ao longo da história do capitalismo, sendo que a participação das mulheres no trabalho mercantil requalifica essa invisibilidade. Ao modelo familiar "*male-breadwinner*", típico do pós-guerra nos países centrais, se contrapõe um em que as mulheres exercem um duplo papel, levadas a conciliar o

tempo do lar com os outros tempos sociais - seja na periferia global, seja com a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho pós-fordista nos países centrais. Para Cristina Carrasco (2003; p. 21), “esse processo de ‘conciliação’ tem exigido às mulheres desenvolver diversas formas de resistência individual, adaptações e escolhas diversas”, tanto relativas ao tempo e organização do trabalho de cuidados, quanto através de formas marginais - femininas - de integração ao mercado de trabalho.

Dessa forma, a presença feminina no trabalho mercantil não significa o abandono do trabalho doméstico. Isso pavimenta o caminho que Carrasco (2003; p. 22), recorrendo a um conceito cunhado descreve como "da invisibilidade à dupla presença-ausência das mulheres". A presença de mulheres no mercado de trabalho demanda essa conciliação entre as necessidades do lar e do trabalho de mercado, resultando na redução do trabalho doméstico e na diminuição da taxa de fecundidade¹¹. Entretanto, dado que as atividades voltadas à reprodução da vida no lar permanecem essenciais, o que afeta a maneira de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Isso caracteriza a dupla participação das mulheres descrita por Izquierdo (1998 *apud* Carrasco, 2003, p. 22): "A dupla participação das mulheres (...) que originalmente se definiu como duplo trabalho e posteriormente como dupla presença, atualmente é denominada ‘dupla presença/ausência’, para simbolizar o estar e não-estar em nenhum dos dois lugares e as limitações que a situação implica sob a atual organização social". Picchio descreve as tensões que marcam essa dupla presença:

Situação essa que obriga as mulheres à prática constante de passar de um trabalho ou outro, das características específicas da atividade familiar aos horários e valores do trabalho assalariado, da cultura do cuidado à cultura do lucro, que lhes exige interiorizar tensões, tomar decisões e fazer escolhas às quais os homens não estão obrigados. Nesse sentido, a experiência cotidiana as mulheres é uma negociação contínua em diferentes âmbitos sociais - como cuidadoras responsáveis dos outros e como trabalhadoras assalariadas, com todas as restrições e obrigações que isso significa (PICCHIO, 1999b *apud* CARRASCO, 2003; p. 28)

Os estudos sobre orçamentos de tempo podem lançar luz às relações entre gênero e a alocação do trabalho no capitalismo. Carrasco, recorrendo a eles, assinala que os tempos humanos não são abstratos e completamente intercambiáveis entre si, já que se distribuem, como afirma Recio (2001 *apud* CARRASCO, 2003; p. 30), entre o "tempo de necessidades pessoais, tempo de trabalho doméstico, tempo de trabalho de mercado, tempo de participação cidadã e tempo de ócio". Esses diferentes tempos possuem distintos graus de flexibilidade, necessidade ou possibilidade de substituição, sendo os dedicados ao ócio e à participação cidadã os mais flexíveis - estes são variáveis de ajuste do tempo de trabalho doméstico, especialmente quando as mulheres que o realizam também cumprem jornadas no trabalho mercantil. Como afirma Adams (1999 *apud*

¹¹ Importante observar que isso não resulta em diminuição da demanda por serviços de cuidados, dado o simultâneo aumento da longevidade e, portanto, da demanda por cuidado de idosos.

CARRASCO, 2003; p. 33-34), nas sociedades industrializadas o tempo enquanto recurso escasso assume a forma dinheiro, ou seja, é abstraído de suas relações com o uso humano, é homogêneo e mensurável em termos mercantis. Por outro lado, os tempos não-mercantilizáveis (dormir, comer, estabelecer relações, etc) são desconsiderados segundo essa hierarquização de necessidades. Há, portanto, uma economia do tempo dominante que obscurece a parte do trabalho doméstico imprescindível e não-mercantilizável, os "tempos geradores da reprodução" (ADAMS, 1999 apud CARRASCO, 2003; p.36). Carrasco descreve que, se por um lado as mulheres em dupla ou tripla jornada intensificam notavelmente seu tempo de trabalho total e reduzem seu tempo de ócio, chegando a reduzir também o tempo voltado à satisfação de necessidades pessoais, por outro lado para os homens casados o cuidado com o lar é uma variável residual adaptável à principal função masculina que é a atividade mercantil pública" (CARRASCO, 2003, pp. 38-40). A superposição desses tempos aparece, portanto, como a manifestação de um conflito não apenas patriarcal, mas como uma contradição capitalista entre o tempo de produção mercantil e o tempo de reprodução da vida. O resultado desse processo é a renúncia das mulheres aos tempos que mais lhe conferem sentido enquanto sujeito social detentor de direitos.

Ao observar as características mais comuns do percurso feminino no mercado de trabalho, Carrasco observa que as mulheres, comparadas aos homens, iniciam mais precocemente sua participação no trabalho doméstico e permanecem no mesmo enquanto a saúde permitir. Entretanto, esse ciclo não segue linearmente: sua participação no trabalho doméstico se intensifica quando é necessário o cuidado de pessoas dependentes - crianças, doentes e idosos. É importante assinalar que muito dessa atividade exige empenho regular, não flexível, de forma que a flexibilização e racionalização do tempo de trabalho mercantil entra em conflito com o tempo do cuidado: "As mais prejudicadas serão as mulheres que têm responsabilidade com pessoas dependentes e necessitam coordenar e sincronizar seus horários com praticamente todos os membros do lar" (CARRASCO, 2003; p. 43).

É fundamental, portanto, perceber que essa discussão está profundamente atrelada à luta pela qualidade de vida das mulheres, através da superação de um modelo de sociedade de mercado onde o trabalho feminino variável de ajuste que satisfaz a demanda de plasticidade do sistema capitalista (MORENO, 2014; SAFFIOTI, 1976). Assim, além de pensar em uma dinâmica onde as tensões entre o tempo do cuidado e o tempo do trabalho mercantil deixem de ser incumbência unicamente feminina - concretizado no compartilhamento do trabalho da reprodução da vida entre homens, mulheres e o Estado - um dos desafios centrais passa a ser o deslocamento da centralidade capitalista atribuída à produção para uma lógica produtiva a serviço da reprodução da vida humana.

A alternativa lançada por Carrasco, ao desenhar possíveis cenários futuros para o conflito entre a lógica do cuidado e a lógica do lucro é um deslocamento do eixo de organização da vida social da acumulação para a sustentabilidade da vida humana, de forma que os tempos de trabalho mercantil devam se adaptar aos tempos humanos e necessidades de cuidado segundo cada fase da vida. Isso demanda políticas de igualdade no trabalho direcionadas aos homens, para que os mesmos também assumam sua parte no trabalho de cuidado - a equalização entre licenças maternidade e paternidade são um exemplo desse tipo de política. Isso contribuiria para o fim dos papéis sociais de gênero e retiraria da marginalidade as atividades voltadas diretamente à reprodução, em todas suas dimensões objetivas e subjetivas. A solução apresentada pela autora, portanto, não é estatização de todas as atividades reprodutivas então realizadas pelas mulheres no lar, esterilizando o componente afetivo desse trabalho, mas sim a total reorientação dos objetivos econômicos de uma sociedade, minando a hierarquia dos tempos e a hierarquia de gênero. A economia feminista, portanto, lança luz às mãos invisíveis do cuidado, mãos reais de mulheres que, secretas, assinalam a incapacidade das relações de mercado suprirem a si mesmas as vidas que consome. O patriarcado, espécie de pacto social entre homens que garante a dominação das mulheres, toma seu papel no capitalismo dando lastro ideológico e estrutura a essa marginalização economicopolítica do cuidado que converge com a marginalização política das mulheres.

Conclusão

Em última instância, uma leitura das relações entre patriarcado e capitalismo e entre produção e reprodução como a que aqui se apresenta tem como proposição estratégica que a luta pela autonomia das mulheres traga consigo um projeto anticapitalista. As dominações patriarcal e de classe têm origens ontológicas e caráter distintos. Elas se manifestam com alguma independência entre si - eventos de violência doméstica, por exemplo, são relatados por mulheres de todos os estratos sociais. Entretanto, essas relações são estruturalmente imbricadas de forma que elas se reproduzem mutuamente dentro de uma mesma totalidade social.

É possível identificar, no percurso histórico do modo produção capitalista, que os ganhos de produtividade não foram transformados em relações de trabalho que priorizem os tempos sociais voltados à cidadania, à produção do viver, mas sim em um esforço para expandir os mercados de bens de consumo. A economia feminista defende, portanto, que a luta das mulheres não se baseie simplesmente na conquista de espaço para as mulheres dentro do mercado e da ordem política burguesa, mas em transformar todo o sentido do metabolismo socioeconômico. Seria essa a grande potência da atuação feminina nas lutas sociais e trabalhistas, como fica claro no protagonismo das

mulheres trabalhadoras na defesa da soberania alimentar, da agroecologia, da reforma agrária, da economia popular e solidária e outras tantas frentes em que se condensam uma concepção holística sobre as relações entre política, economia e meio-ambiente.

A luta da economia feminista, portanto, parte das manifestações materiais específicas da imbricação das contradições patriarcais e capitalistas nos corpos e nas vidas das mulheres - síntese concreta da forma como o capitalismo subordina e instrumentaliza a reprodução do viver - para encontrar, nas possibilidades de superação desses conflitos, vias de transformação das prioridades produtivas do metabolismo social. Uma revolução no sistema de parentesco que suavize as tensões da crise edipiana, tal qual assinalado por Rubin, pode vir associada a uma mudança do eixo ao redor do qual orbita o metabolismo social: da acumulação do capital à reprodução ampliada da vida. A centralização e valorização político-social do cuidado atribuiria a todos os sujeitos e processos sociais sua importância nesse processo, e não apenas à mulher em sua função reprodutiva ideologicamente marginal. Reconhece-se aqui o trabalho doméstico e de cuidados como força que “regula a vida cotidiana e permite a continuidade do funcionamento do mundo” (CARRASCO, 2003; p.4); defende-se uma concepção de trabalho enquanto “conjunto de atividades necessárias à produção cotidiana do viver” (MORENO, 2014; p. 8), e que os cuidados com a vida sejam compartilhados por todos âmbitos da organização social e tomados enquanto cerne de um projeto de sociedade centrado na produção e reprodução ampliada da vida.

REFERÊNCIAS

COULSON, Margaret; MAGAS, Branka; WAINWRIGHT, Hilary. 'The Housewife and her Labour under Capitalism'-a critique. **New Left Review**, n. 89, p. 59, 1975.

CARRASCO, Cristina. **Mujeres y economia: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Capítulo Introdutório, 1999.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: **FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (Orgs.). A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003, p. 11-49

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GIANNOTTI, José Arthur. **Trabalho e reflexão: ensaios para uma dialética da sociedade**. Brasiliense, 1983.

HIMMELWEIT, Susan. The discovery of “unpaid work”: the social consequences of the expansion of “work”. **Feminist Economics**, v. 1, n. 2, p. 1-19, 1995.

_____. Trabalho doméstico. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

KERGOAT, Danièle. **A Dinâmica e Consustancialidade das Relações Sociais**, 2010

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise et alii. **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: Edunesp, p. 67, 2009.

MCCLOSKEY, Deirdre. Paid Work. In: ZWEINIGER-BARGIELOWSKA, Ina. **Women in Twentieth-Century Britain: Social, Cultural and Political Change**. Abingdon: Routledge, 2014.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MITCHELL, Juliet. Women: the longest revolution. **New Left Review**, n. 40, p. 11, 1966.

MOLYNEUX, Maxine. Beyond the domestic labour debate. **New Left Review**, n. 116, p. 3, 1979.

MORENO, Renata. A Economia na Agenda Política do Feminismo. In: **Feminismo, Economia e Política: Debates Para a Construção da Igualdade de Autonomia das Mulheres**. São Paulo, 2014.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, C. M. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. AURORA ano IV número 6 – AGOSTO DE 2010. Disponível em <www.marilia.unesp.br/aurora>, acessado em fevereiro de 2017

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Leya, 2013.

RUBIN, Gayle. **Tráfico de Mulheres**. SOS Corpo, 1993

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. Vozes, 1976.

_____, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHWEITZER, Mary M. World War II and Female Labor Force Participation Rates. **The Journal of Economic History**, v. 40, n. 01, p. 89-95, 1980.

SECCOMBE, 1975. Domestic Labour: Reply to Critics (NLR 89). **New Left Review**, n. 94, p. 85, 1975.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. SMC, 1991.